



COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

REQUERIMENTO Nº ____/2025

CONSIDERANDO que o município de São Paulo tem cinco Operações Urbanas vigentes, incluindo Centro, Água Branca, Água Espraiada, Faria Lima e Bairros do Tamanduateí.

CONSIDERANDO o disposto no § 1º do artigo 142 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico, que estabelece limite mínimo de 25% dos recursos arrecadados nas Operações Urbanas Consorciadas para utilização em Habitações de Interesse Social e à urbanização de favelas.

CONSIDERANDO o arrecadado nos leilões da Operação Urbana Consorciada Faria Lima (OUCFL) totalizou R\$ 4,56 bilhões e o disposto na Lei nº 18.175 de 25 de Julho de 2024 que estabelece que 35% do total dos recursos sejam destinados à Habitação de Interesse Social (HIS) e à urbanização de favelas.

CONSIDERANDO que o *Estatuto da Cidade* (Lei Federal nº 10.257/2001) estabelece a função social da propriedade urbana como princípio fundamental da política urbana, impondo ao poder público e à coletividade a obrigação de assegurar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar de seus habitantes;

CONSIDERANDO que o *Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo* reafirma o princípio da função social da terra urbana e orienta o uso do solo de forma a promover a justiça social, a inclusão e o acesso à moradia digna;

CONSIDERANDO que o município de São Paulo enfrenta um grave déficit habitacional que atingia 370 mil famílias em situação de vulnerabilidade social em 2022 e avançou para mais de 392 mil domicílios em 2023, vivendo em moradias precárias, áreas de risco ou sem acesso regular à terra urbana;

CONSIDERANDO que o enfrentamento do déficit habitacional requer a integração de políticas públicas de habitação, regularização fundiária, uso do solo e desenvolvimento urbano sustentável, com ampla participação social;

REQUEIRO que esta Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, nos termos do art. 85 do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo (Resolução nº 2 de 26 de abril de 1991), realize audiência pública com o tema “Orçamento para as favelas e comunidades urbanas nas Operações Urbanas”, em data a ser agendada.



São Paulo, 29 de outubro de 2025

KEIT LIMA

Vereadora

PSOL

Referências

PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Prefeitura protocola leilão bilionário da Operação Urbana Faria Lima com foco em Paraisópolis*. São Paulo, 15 mai. 2025. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/sp_urbanismo/w/prefeitura-protocola-leil%C3%A3o-bilion%C3%A1rio-da-opera%C3%A7%C3%A3o-urbana-faria-lima-com-foco-em-parais%C3%B3polis. Acesso em 29 de Out. de 2025.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Maior arrecadação da história das Operações Urbanas: leilão da Faria Lima arrecada R\$ 1,6 bilhão com foco no Complexo Paraisópolis*. São Paulo, 19 ago. 2025. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/sp_urbanismo/w/maior-arrecada%C3%A7%C3%A3o-da-hist%C3%B3ria-das-opera%C3%A7%C3%B5es-urbanas-leil%C3%A3o-da-faria-lima-arrecada-r-1-6-bilh%C3%A3o-com-foco-no-complexo-parais%C3%B3polis. Acesso em 29 de Out. de 2025.

SÃO PAULO. Lei n.º 16.050, de 31 de julho de 2014. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei n.º 13.430/2002. Diário Oficial do Município de São Paulo, São Paulo, 1 ago. 2014. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014>. Acesso em 29 de Out. de 2025.

SÃO PAULO. Decreto n.º 56.301, de 31 de julho de 2015. Consolidação. São Paulo, 31 jul. 2015. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-56301-de-31-de-julho-de-2015/consolidado>. Acesso em 29 de Out. de 2025.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Operação Urbana Consorciada*. São Paulo: Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (ou outro órgão, se indicado). s. d. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/operacao-urbana-consorciada/>. Acesso em 29 de Out. de 2025.

BRASIL. Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm.



Acesso em 29 de Out de 2025.

SÃO PAULO. Lei nº 18.175, de 25 de julho de 2024. Dispõe sobre a introdução na Operação Urbana Consorciada Faria Lima de dispositivos criados pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, modificada pelas Leis nº 17.975/2023 e nº 16.402/2016, modificada pela Lei nº 18.081/2024, e sobre a criação de perímetro expandido para incluir o Complexo de Paraisópolis e altera a Lei nº 13.769, de 26 de janeiro de 2004. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-18175-de-25-de-julho-de-2024>. Acesso em 29 de Out. de 2025.